

## GEOMETRIA DO PODER: REGULAÇÃO DE PRÁTICAS DE LEITURA DO SÉCULO XIX

### GEOMETRY OF POWER: REGULATING READING PRACTICES IN THE NINETEENTH CENTURY

Jeniffer Yara Jesus da Silva\*

**RESUMO:** Os discursos sobre práticas de leitura no século XIX dividiram-se entre detratores e defensores do romance, em uma época de grande popularização do gênero, por meio da publicação em jornais. Entre as figuras envolvidas, a Igreja Católica e a Maçonaria estiveram em destaque, publicando artigos opinativos sobre o tema, rechaçando, por um lado, a leitura de determinados autores, e, por outro, recomendando as leituras moralizantes. Em um período de transformações políticas e sociais, a pauta sobre práticas de leitura em destaque nestes jornais chama a atenção. Nesse contexto, o presente trabalho pretende analisar, por meio dos preceitos teóricos de Stuart Hall, acerca da centralidade da cultura, as motivações do posicionamento crítico sobre o romance em dois jornais doutrinários, *A Cruz* (1861), jornal católico, e *A Família* (1872), periódico maçônico, ambos publicados no Rio de Janeiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Periódicos religiosos. Crítica ao romance. Geometria do Poder.

**ABSTRACT:** Discourses on reading practices in the 19th century were divided between detractors and defenders of the novel, in time of great popularization of the genre, through the publication in newspapers. Among the figures involved, the Catholic Church and Freemasonry were in the spotlight, publishing opinionated articles on the theme, rejecting, on the one hand, the reading of certain authors, and, on the other, recommending moralizing readings. In a period of political and social transformations, the agenda on reading practices in these newspapers calls attention. In this context, this paper intends to analyze, through the theoretical precepts of Stuart Hall, about the centrality of culture, the motivations of the critical positioning on the novel in two doctrinaire newspapers, *A Cruz* (1861), a Catholic newspaper, and *A Família* (1872), a Masonic periodical, both published in Rio de Janeiro.

**KEYWORDS:** Religious periodicals. Criticism of the novel. Power Geometry.

---

\* Doutoranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Letras – UFPA (Campus Belém). Este trabalho integra parte dos resultados da pesquisa financiada pela CAPES. E-mail: jeniffer.yara@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O romance, como um gênero em ascensão e popular entre os séculos XVIII e XIX, respectivamente, provocou reações quanto a sua leitura, pois, diferentemente dos escritos beletrista<sup>1</sup>, não precisaria de orientações ou acompanhamento para o bom entendimento da narrativa. Além disso, os enredos distanciaram-se do modelo clássico das histórias sobre heróis e enredos mitológicos, para tramas e personagens próximos à existência comum dos indivíduos, possibilitando a identificação entre personagem e leitor. Nesse contexto, surgem opiniões divergentes quanto à sua prática de leitura nos meios em que estas narrativas estiveram presentes, recomendando ou condenando os romances<sup>2</sup>.

A partir dos modos de ler vivenciados no Setecentos e Oitocentos<sup>3</sup>, parcelas da população letrada e não-letrada brasileira mantiveram contato com inúmeros exemplares de prosa de ficção publicados e traduzidos de diversas línguas, em fontes primárias nas quais foram verificadas significativa circulação e propagação do romance<sup>4</sup>. Assim, o novo gênero adequou-se às diferentes intenções de escrita, ora para moralizar ou subverter os valores, ora para valorizar ou rechaçar certas condutas sociais, reafirmar verdades já instauradas e, em outros casos, questionar posicionamentos sociais e políticos valorizados por instâncias de poder. A presença do novo gênero nas práticas sociais provocou o surgimento de discussões sobre, por exemplo, o valor destas narrativas e de que forma sua leitura afetaria o público leitor.

Por meio da publicação em jornais, o romance esteve presente nas camadas mais simples da sociedade brasileira. Entre letrados e semialfabetizados, entre mulheres e homens, jovens ou adultos, a prosa de ficção moderna acarretou considerável faturamento aos jornais do século XIX, os quais preenchiam suas páginas na seção *Folhetim* e em outras seções destinadas às publicações literárias<sup>5</sup>, com narrativas de expressivo poder persuasivo para captar a atenção do público, principalmente, para os capítulos subsequentes, mediante estratégias folhetinescas.

Apesar da constatação de prosa de ficção em jornais no Brasil ainda na primeira metade do século XIX<sup>6</sup>, a popularização do gênero no país ocorreu expressivamente a partir da segunda metade do século. Nos periódicos, houve diferentes formas de divulgação, não somente por meio da publicação de uma narrativa, mas igualmente mediante a menção de títulos e autores em anúncios, notas de recebimentos e lançamentos de livros, além de artigos críticos, os quais julgavam a sua prática de leitura, recomendando-o ou condenando-o.

<sup>1</sup> ABREU, M. Letras, Belas Letras, Boas Letras. In: BOLOGNINI, C. Z. (org.). **História da Literatura**: O discurso fundador. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2003

<sup>2</sup> WATT, I. **A Ascensão do Romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>3</sup> LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

<sup>4</sup> ABREU, M. **Trajatórias do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: FAPESP, 2008.

<sup>5</sup> MEYER, M. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>6</sup> SALES, G. M. A. Páginas historiográficas no século XIX. **Todas As Letras Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.37-48, nov. 2016.

Nesse contexto, eclesiásticos e maçons empreendiam embates próprios em relação aos seus respectivos preceitos. Para compreendermos como ocorreu tal conflito, é preciso enfatizar a ascensão ao poder clerical de figuras ultramontanas, ou romanizadoras, que seguiam os princípios de Papa Pio IX (1792 – 1878), defensor de uma reforma da Igreja em todo o mundo, devido aos avanços da modernidade presentes àquela época. Esta reforma incluía a expulsão de maçons frequentadores da Igreja e maior evangelização para a conquista de fiéis. O ultramontanismo foi um tipo de movimento utilizado, desde o século XI, pelos cristãos que pensavam a doutrina católica em Roma como uma liderança espiritual, buscando, naquele local, o exemplo a ser seguido. No entanto, o pensamento adquiriu significativa intensidade durante o século XIX, pelos “que lutavam por transformar e “limpar” o catolicismo das supostas impurezas do mundo moderno” (MARTINS, 2002, p. 73), denominados como reformadores, romanizadores ou ultramontanos.

A modernidade inimiga do clero é entendida como a fomentação de pensamentos iluministas e cientificistas, provocados pelos movimentos ocorridos ainda no século XVIII na Europa (Revolução Francesa e Revolução Industrial), nos quais Igreja e Estado monárquico, duas instâncias de poder, encontraram-se debilitadas pelas inquietações de cunho político, social e religioso presentes na sociedade. A reforma da Igreja, portanto, era necessária para frear as tentativas de secularização, nos aspectos culturais e políticos, e o Brasil não esteve aquém desse projeto. Nomes como Dom Antonio de Macedo Costa (1830 - 1890) e Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844 - 1878), atuantes no Pará e Pernambuco, são referências nesse empreendimento em terras brasileiras.

Esse projeto almejou reformular as bases da Igreja de acordo com as premissas da Igreja em Roma, ou seja, propagar a fé e a religião católica em todos os locais possíveis, por meio da evangelização e catequização, inspiração dos empreendimentos jesuíticos, durante o período de colonização europeia, bem como em repelir qualquer influência relacionada às ideias modernas, liberais e cientificistas da época, perigosas ao olhar do clero, pois poderiam subverter as almas dos fiéis cristãos (MARTINS, 2005).

Do outro lado, a Maçonaria, caracterizada como uma sociedade cientificista, aliada aos pensamentos iluministas, propagadora da liberdade de pensamento e liberdade religiosa, foi considerada inimiga pelo clero ultramontano, o qual intentou afastar os eclesiásticos atuantes na Maçonaria e empreendeu ações contra a presença de maçons na Igreja ou em ações realizadas por ela, por exemplo, o velório de maçons mediados por eclesiásticos ou a atuação de padres maçons nas igrejas do país.

O estopim para o conflito entre Igreja e Maçonaria no Brasil do século XIX originou-se após o discurso<sup>7</sup>, em 3 de março de 1872, do Padre José Luís de Almeida Martins (18--?), na

<sup>7</sup>“Apóstolos da civilização, aos maçons cumpre render homenagem à grandeza que deve sua existência à moralidade e ao mérito e não a lisonja da pena ou da palavra ou do gênio restituído.

Filhos desta democracia que se-regenera pelo estudo e pelo trabalho, pela moralidade e ela confraternização, nós des-

celebração da Lei do Ventre Livre em uma festa promovida pelo Grande Oriente do Lavradio. A fala do clérigo desencadeou advertência do Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda (1830 - 1890), que solicitou afastamento do Pe. Almeida Martins da Maçonaria. Não havendo obediência a esse pedido, Pe. José Almeida foi expulso de sua sede e proibido de atuar em sua função<sup>8</sup>. Tal fato desencadeou o que hoje denomina-se Questão Religiosa, oposição entre uma parte do clero conservadora e o Império brasileiro. Alguns Bispos estavam inconformados com a direção de maçons nas irmandades religiosas e passaram a proibir tal presença. O governo imperial leu as proibições como uma desobediência à sua autoridade e à constituição, levando os Bispos a responderem processo pelas proibições e fechamento de irmandades ao Supremo Tribunal do Império, este em 1874, decretou a prisão de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Macedo Costa, respectivamente Bispos de Olinda e do Grão-Pará (MARTINS, 2002, p. 75).

A presença da Igreja Católica e da Maçonaria na imprensa, entretanto, possui motivações diferentes, se atentarmos para além da Questão Religiosa como causadora disso. A imprensa, assim que surge, é condenada pelo clero católico, pois foi considerada uma das ferramentas utilizadas para a propagação do pensamento moderno, o qual era acusado de ser anticlerical ou secularista. Esse alcance jornalístico para uma significativa parcela social na época foi alvo de intensa preocupação dos religiosos. No entanto, assim que a Igreja assume não ser possível frear a difusão jornalística, toma uma postura contrária e utiliza deste meio para reproduzir seus posicionamentos e divulgar suas ações (CHARTIER; HÉBRARD, 1995). Por outro lado, a Maçonaria, alvo de preconceitos e mitos a respeito de suas crenças e atuação, desejava não somente se defender de acusações e calúnias, mas instaurar uma sociabilidade no tecido social, a fim de se firmar enquanto instituição com suas devidas representações e modos de atuação respeitadas, tanto por maçons quanto por profanos<sup>9</sup> (SANTOS, 2011, p. 48). Desse modo, as justificativas para o surgimento deste tipo de imprensa doutrinária são essencialmente relevantes para compreender como os embates entre essas duas instâncias de poder ocorreram nos jornais da época.

A presença do romance foi perceptível em diferentes tipos de periódicos, incluindo os denominados religiosos. Tal fato não ocorreu da mesma maneira que em outras fontes denominadas noticiosas e literárias, visto que as motivações para tratar do assunto são diferentes, de acordo com os escopos editoriais de cada jornal.

---

prezamos os louros conquistados nas lutas de sangue que flagelam a humanidade.

Nós desconhecemos esta glória efêmera, que desaparece com os últimos aplausos das multidões em delírio.

Nós, finalmente, não admitimos legitimidade nesse poder com que os déspotas, quer sentados nos tronos, quer nas cadeiras republicanas e quer mesmo ajoelhados diante dos altares da religião, se-proclamam senhores da terra.

E que amigos da humanidade e querendo dela constituir uma só família, os maçons só reconhecem a glória que não morre, o poder que não oprime e a religião que pelo amor nos dá a posse de Deus." Padre Almeida Martins.

<sup>8</sup>VIEIRA, D. G. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1980.

<sup>9</sup>Nomeação dada a todo indivíduo que não faz parte da Maçonaria.

A ideia de uma imprensa imparcial, neutra e sem vieses ideológicos e políticos já fora superada por muitos historiadores e pesquisadores ao compreenderem que os discursos inscritos nos periódicos são elaborações de diferentes instituições sociais para a manutenção de uma determinada ordem de discurso almejada. No entanto, tal fato não deslegitima a pesquisa em jornais, por exemplo, como algo de relevante importância para os estudos históricos e literários, ao atentarmos para esta imparcialidade sempre presente nos artigos e escritos impressos. Ao incorporarmos a análise dos discursos históricos, sociais e religiosos envolvidos na produção crítica e literária da época, conduzimos nossas pesquisas à construção de uma História literária nacional comprometida em esclarecer os posicionamentos que permearam as manifestações relativas à História e Literatura. Este agir acompanha a compreensão de que há muitas histórias “não contadas” à margem do cânone brasileiro, as quais devem ser recuperadas e inseridas nas pesquisas.

Os vastos estudos em periódicos existentes no Brasil confirmam a importância das fontes primárias, não apenas a respeito da presença de notícias e opiniões publicadas em determinado impresso, mas também, respondendo a questões pertinentes quanto à materialidade e conteúdos inscritos na fonte de estudo, como “identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas [...]” (LUCA, 2015, p. 140). Esta investigação, chamada de “análise circunstanciada” pela historiadora Tânia Regina de Luca, compreende a abordagem presente neste trabalho, no que tange, especificamente, à imprensa religiosa-doutrinária oitocentista no Brasil, no Pará.

A imprensa, confirmada por diferentes investigações<sup>10</sup>, também foi um dos principais suportes de veiculação, circulação e consagração de obras e autores da Literatura Brasileira, na qual também está inserida a imprensa nacional, tanto pela quantidade de periódicos publicados na província, quanto pelas produções relativas ao literário. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2007) explica em seu trabalho sobre Literatura e jornalismo como essas fontes podem ser utilizadas nos estudos literários, considerando as publicações em prosa, notas, anúncios e artigos de opinião, analisando também a presença ou não de autoria e a manifestação de leitores nos jornais paraibanos. Assim, este trabalho será conduzido para a análise da crítica ao romance nas folhas *A Cruz* e *A Família*, jornais envolvidos em discursos religiosos-doutrinários, bem como influenciados pelo contexto histórico e social da época.

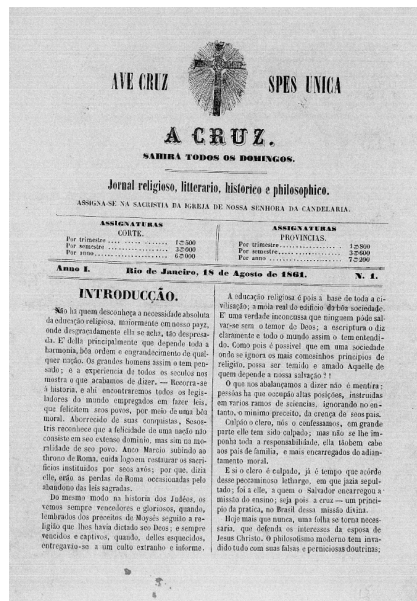
<sup>10</sup> SOUZA, S. C. M. de. **Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)**. 2007. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

## A CRUZ E A FAMÍLIA: IMPRENSA RELIGIOSA DA CORTE

O periódico *A Cruz* foi denominado “jornal religioso, literário, histórico e filosófico”, publicado no Rio de Janeiro entre os anos 1861-1864. Assinava-se na Sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Candelaria e foi impresso na Tipografia de D. L. dos Santos, localizada na rua Nova do Ouvidor, número 20. Saía sempre aos domingos e sua primeira edição foi publicada em 18 de agosto de 1861. As assinaturas poderiam ser realizadas tanto na corte como em outras províncias, havendo possibilidade desta folha ter circulado também na província do Grão-Pará, local longínquo, mas inserido na circulação de periódicos e livros de outras localidades.

Em seu frontispício, está escrito a frase latina “ave cruz spes unica”, “salve a cruz única esperança”, com imagem apelativa quanto ao símbolo da cruz, grafada com raios de luz ao redor e com a coroa de espinhos suspensa, representações simbólicas importantes para o catolicismo.

Figura 1: A Cruz, 1861



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Em seu editorial, os redatores da folha, os quais não são citados, argumentam sobre “a necessidade absoluta da educação religiosa” (*A CRUZ*, 1861), que estaria sendo desprezada pela sociedade brasileira em virtude das ciências e do filosofismo moderno. O artigo explicita quem são os culpados:

O que nos abalançamos a dizer não é mentira; pessoas há que ocupam altas posições, instruídas em vários ramos de ciências, ignorando, no entanto, o mínimo preceito, da crença de seus pais.

Culpam o clero, nós o confessamos, em grande parte ele tem sido culpado; mas não se lhe imponha toda a responsabilidade, ela tão bem cabe aos pais de família, e mais encarregados do adiantamento moral. E se o clero é culpado, já é tempo que acorde desse pecaminoso letargo, em que jazia sepultado; foi a ele, a quem o Salvador encarregou a missão do ensino; seja, pois, a cruz – um princípio da prática, no Brasil dessa missão divina (A CRUZ, 1861, ed. 01).

O jornal justifica sua publicação culpabilizando o próprio clero como um dos responsáveis pelo abandono das crenças religiosas, do respeito à família e à religião, assim, os artigos a serem divulgados serão voltados para a valorização da educação religiosa, dos preceitos morais e para os interesses da Igreja:

Hoje mais que nunca, uma folha se torna necessária, que defenda os interesses da esposa de Jesus Cristo. O filosofismo moderno tem invadido com suas falsas e perniciosas doutrinas; e quem o diria! ousado tocar a pessoa do supremo chefe da Igreja. E o Brasil porventura ainda se acha isento dessa peste contagiosa?! esteja ou não! .... convém-nos, sim, zelar pelo depósito que nos foi confiado; alçarmos nossa voz em pró da esposa ofendida (A CRUZ, 1861, ed. 01).

Disposto em duas colunas e quatro páginas, *A Cruz* destinou-se especialmente aos assuntos relacionados às práticas de leitura da época, publicando, nas primeiras edições, sobre o “perigo dos romances” e leituras filosóficas. Porém, também se dedicou aos escritos relacionados às leituras religiosas, sermões e ensinamentos sobre a conduta cristã, além de dispor espaço para noticiar novidades da Igreja, como nomeações de vigários, missas solenes, chegada de padres à província, entre outros.

*A Família*, intitulado “jornal dos interesses maçônicos”, foi publicado no Rio de Janeiro, todas as quintas-feiras, assinava-se na Rua da Quitanda, nº 79, e na rua do Ouvidor, nº 87, na tipografia Academia, rua Sete de Setembro, n. 71. M. J. Cabral (Mariano José Cabral - 1822 – 1877) é citado na direção da folha, nome que remete ao jornalista português açoriano, proprietário e dirigente também de jornais em Portugal, como *O Pacote do Tejo* (1866 – 1867), colaborando em outros periódicos da região.

Em sua primeira edição, 5 de setembro de 1872, o jornal ressalta pontos sobre a “crença e a fé de nossos pais permanecem-nos vivas e firmes no coração” (*A Família*, 1872), uma doutrina verdadeiramente santa e moral, que não deve conter falsos apóstolos, contra os quais o periódico se apresentava:

É, pois, contra esses falsos apóstolos que nos apresentamos. Seja quem quer que for que os autorize, por mais elevado que seja seu caráter, por maior veneração que nos inspire o seu cargo, lançada ainda da

provocação, ousamos levantá-la (ilegível) jocosos, embora humildes, pequenos (ilegível) –cientes (A FAMÍLIA, 1872, nº 01).

Ao longo do texto, é esclarecido quem são os denominados falsos apóstolos e as denúncias que o jornal maçônico os acusa, justificando a oposição entre maçons e ultramontanos, reformadores de Roma, os quais estiveram presentes também na corte do país. Porém, a folha adverte:

O Brasil é um país esclarecido, e não há de ficar atrás da Alemanha nas medidas necessárias a conter as ambições dos soldados de Roma. Houve tempo em que a intolerância, a superstição e o fanatismo de mãos dadas tolhiam a ação dos poderes temporais; mas hoje, mau grado dos que ainda suspiram pela inquisição, os poderes públicos podem e devem providenciar para que a liberdade de consciência seja uma realidade, e também para que o poder espiritual se contenha nos limites da sua competência e jurisdição (A FAMÍLIA, 1872, nº 01).

A sociedade maçônica, relacionada à Saldanha Marinho e ao liberalismo clássico, objetivou valorizar a liberdade de consciência e a separação entre Estado e Igreja nas decisões políticas no país (BARATA, 1994, p. 86). Assim, o periódico *A Família* alia-se ao projeto de Saldanha Marinho, como uma das primeiras folhas a compor o periodismo maçônico, envolto na Questão Religiosa, na defesa da Maçonaria perante a sociedade civil e na propagação dos ideários maçônicos por meio da imprensa periódica.

*A Família* divide-se em oito páginas distribuídas em três colunas. Por ser originário da capital, talvez esta configuração pretendesse atingir públicos das demais províncias, por meio da maior quantidade de páginas e, conseqüentemente, expansiva quantidade de informações. A folha dispôs algumas colunas fixas, como “Noticiário”, em que se divulgou, por exemplo, notícias sobre eleição do Grande Oriente Unido do Brasil; nota sobre libertação de escravos por lojas maçônicas no Maranhão<sup>11</sup>; “Exterior”, com notícias sobre a política e a imprensa europeia (França e Inglaterra), “Anúncios”, ocorrendo presença de notas sobre livros e romances, “Correspondência”, espaço para cartas de assinantes, “Literatura”, havendo também a seção “Folhetim” e “Poesia”.

<sup>11</sup> Havia, no periodismo maçônico, significativo envolvimento com a causa abolicionista, principalmente nos jornais que seguiam a corrente do Grão Mestre Saldanha Marinho, defensor da abolição. Elson Luis Monteiro estuda esse engajamento em seu trabalho intitulado **A maçonaria e a campanha abolicionista no Pará: 1870-1888**. 2009. 115 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.



Figura 2: A Família, 1872



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

## GEOMETRIA DO PODER: A REGULAÇÃO DE PRÁTICAS DE LEITURA NO SÉCULO XIX

Stuart Hall (1997), em “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”, evidencia a importância da cultura desde sempre, pois o autor entende cultura como um conjunto de ações sociais “em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros”. Assim, entende-se toda ação social como ‘cultural’, em que todas as práticas sociais “expressam ou comunicam um significado e [que], neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p. 01). A partir do pressuposto pelo autor, entenderemos as práticas de leitura como uma ação social, portanto, cultural, envolta por debates próprios em um determinado período histórico, qual seja, o século XIX, em um determinado suporte textual, os jornais religiosos. O que se pretende é evidenciar as tentativas de regulação cultural nesse meio em que a centralidade do debate se volta para a leitura, para o livro e para o autor, entendidos como ameaças aos ‘tronos de poder’ da época: clérigos, homens letrados e políticos.

É possível traçar um paralelo com o modo de entender a cultura e como ela se insere na sociedade mesmo antes do século XX, época do objeto de estudo de Stuart Hall, pois as ações sociais e as práticas de leitura e consumo já permeavam as comunidades desde o século anterior, principalmente por meio do jornal, instrumento primordial, à época, na circulação e na divulgação de ideias, preceitos, notícias, informações e, claro, leituras. Dessa forma, a cultura “é um elemento chave no modo como o meio ambiente doméstico é atrelado, pelo

consumo, às tendências e modas mundiais” (HALL, 1997, p. 5), ou seja, como elemento chave para mediar as ações no ambiente doméstico, a cultura e o que nela está envolvido era, já no século XIX, objeto ameaçador para instâncias de poder, as quais consideravam determinadas práticas subversivas ao que se esperava da sociedade, no comportamento e nas reflexões possíveis que estas leituras poderiam ocasionar sobre determinados temas.

Antes das possibilidades trazidas pela Internet e de toda a dinamicidade na era tecnológica atual em que vivemos, a cultura já era motivo de discórdias e grandes embates entre os meios de comunicação, logo, podemos inferir que seu estatuto de mediadora e de influenciadora nos modos de viver e pensar em sociedade já era presenciado em séculos passados e, portanto, alvo de posicionamentos de condenação sob motivações políticas e ideológicas.

### **REGULADORES DA MORAL: O ROMANCE EM QUESTÃO**

Para Stuart Hall, “quanto mais importante — mais “central” — se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam” (HALL, 1997, p. 14), ou seja, transplantando tal afirmação ao contexto de séculos passados, como o XIX, o que presenciamos nos embates sobre a leitura do romance é essa tentativa de moldar e regular o que a sociedade leria e como leria, já que as narrativas ficcionais poderiam influenciar significativamente nas ações e reflexões ideológicas inseridas em seus textos, pois, nessa época, o discurso antiliterário voltava-se para tentativas de deslegitimação e difamação contra os escritos romanescos.

Tal questão é comprovada com as tentativas de censura presenciadas em jornais católicos, como em *A Cruz*, na edição nº 09, em 1861, em artigo intitulado “Perigo do romance”:

Grande é o estrago que tem feito o romance no seio das famílias! É um veneno tão sutil, que vai pouco a pouco roendo o coração e tirando-lhe todo o seu viço e primor. A inocência o abraça, e seu contato a define e mata. A inteligência acanha-se, o coração não pode formar-se para a virtude, as faculdades d’alma ficam entorpecidas em sua ação, e nesse estado de abatimento tudo parece desfalecer. Milhares de pessoas tem sido vítimas de seus atrativos, e incautas vão tragando o cálix do infortúnio e da perdição, deleitam-se nessas pinturas extravagantes, que a imaginação em seu exaltamento cria, e cegas vão caminhando para o abismo da infelicidade, esquecidas dos meios poderosos que a Religião tão benignamente oferece para remover esses obstáculos que cativam e perdem o espírito (A CRUZ, 1861).

O redator, desconhecido pela ausência de assinatura de autoria, enuncia sobre o “grande estrago feito” pelo romance e o compara a um veneno sutil, que, aos poucos afeta os corações dessas famílias, o ruindo. É como adentrar uma casa e retirar toda a inocência e pureza que

nela devesse conter. O romance é como uma entidade abrasadora, perigosa e cruel, porém, ao mesmo tempo, cativante, já que o próprio autor inscreve sobre as “milhares de pessoas vítimas de seus atrativos”, as quais se perdem pela imaginação exaltada nos escritos, quando poderiam voltar-se à religião, a qual também ofereceria atrativos para esse deleite, para um “escapismo” desejado. O que podemos refletir acerca desse primeiro trecho opinativo é sobre o romance estar em equidade à religião no sentido de ambos “competirem” a atenção e um possível almejo dos leitores em distraírem-se ou deleitarem-se com algo que ofereça temas cativantes para a mente e para o coração.

A Igreja entende que os escritos bíblicos e hagiográficos deveriam ser as principais e as únicas leituras realizadas pelas famílias<sup>12</sup>, não à toa tais periódicos publicavam narrativas de santos e recomendações de livros escritos por clérigos<sup>13</sup>, em conjunto aos artigos de caráter religioso, delineando um movimento desejoso em serem guias e referências às leituras as quais deveriam ser praticadas pelas famílias. Ao prosseguir o artigo, o autor afirma:

O romance é um espelho tão negro que só nele pode refletir a imoralidade, o amor desfigurado, o ciúme, e finalmente a desordem em toda a sua plenitude. É uma escola aonde se aprende as lições da impureza; aonde se vê as estátuas da sensualidade desenhadas; é um mar que engole em suas ondas o tesouro sublime da fidelidade; é um campo estéril que não consente a flor da virtude crescer (A CRUZ, 1861).

A leitura do romance é elencada como uma ação de aprendizagem do que poderia ser mais vil e imoral em sociedade. A ficção, neste caso, é considerada perigosa em vários sentidos, mas, principalmente, em relação ao que nela pode se aprender. Como “guardiões da moralidade”, os redatores católicos alertavam seus fieis sobre o que essas leituras poderiam provocar no leitor. E, claro, a preocupação volta-se, em outro trecho, ao perigo do romance para as mulheres:

Que firmeza de espírito pode ter a virgem, que entrega-se absolutamente ao passatempo de um romance? Que felicidade pode oferecer a seu esposo?

Que exemplo para legar a seus filhos? Serão por ventura esses meios fracos, que a elevarão a altura que lhe compete na sociedade? É essa a missão importante que se une ao seu coração?

Certamente que não.

Não ser a melhor, e mesmo sublime, que uma virgem, em vez de folhear as páginas de um romance, abrisse cautelosamente a Escritura Sagrada, que decorasse as máximas do Evangelho, que consentisse seu espírito

<sup>12</sup> SILVA, J. Y. J. da. **Leituras em famílias: um guia de leitura no jornal A Boa Nova**. 2017. Apresentação de trabalho.

<sup>13</sup> SILVA, J. Y. J. da.; PINHEIRO, M.; SALES, G. M. A. A crítica ao romance e às leituras perniciosas: é possível ler romances? **Falas Breves**, v. 03, p. 67-76, 2016.

refletir sobre essas verdades, que visse as batalhas que afrontaram as heroínas do Cristianismo, que admirasse o anfiteatro em que se expunham os defensores da fé, que aprendesse a maneira porque se deve sofrer e amar?! (A CRUZ, 1861).

O julgamento voltado para sexualidade aqui é previsto quando, anteriormente, é evidenciada a presença de “estátuas da sensualidade desenhadas” nessas leituras e, logo em seguida, a crítica volta-se à “virgem”, à mãe e à esposa, em que fica clara a regulação voltada para a temática. Em seguida, a Escritura Sagrada é inserida como alternativa para a leitura de romances, em uma tentativa de equiparar os atrativos inscritos em romances com as histórias de heroínas cristãs, as quais as mulheres poderiam se espelhar em sua virtude e fé refletidas.

Isso não é percebido em *A Família*, quando presenciamos notas e anúncios de recebimentos de livros que, em outros periódicos, poderiam ser rechaçados por redatores mais conservadores. Em 31 de outubro de 1872, temos o anúncio do romance *A Perdição da Mulher*, de autoria de H. P. Escrich:

A perdição da Mulher  
por  
H. P. Escrich  
(Tradução livre de M. J. Cabral)

Os quinze livros e um epílogo deste bellissimo romance hão de ser publicados em seis volumes seguidos, para os quais se abre desde já uma assinatura especial pelo preço de 6\$000 para a corte e 7\$000 para as províncias. Aqueles dos Srs. assinantes, porém, que quiserem os seus volumes remetidos pelo correio, REGISTRADOS, para que se não extraviem, terão a bondade de remeter 8\$000 a M. J. Cabral, na rua da Quitanda n. 79, sobrado. Não se venderão volumes avulsos (A FAMILIA, 1873).

“Enrique Perez Escrich nasceu em Valencia, em 1829, e morreu em Madri, em 1897. Indo ainda jovem para a capital espanhola, começou publicando dramas, para os quais usava o pseudônimo de Carlos Peña-Rubia y Tello” (PINHEIRO FILHO, 2013, p. 4). Enrique Escrich foi um autor espanhol de grande circulação no Brasil e em Portugal, com sucesso editorial marcante, tendo sido publicado também no país por meio do Folhetim, porém, contém uma obra ainda sem muitos estudos no Brasil:

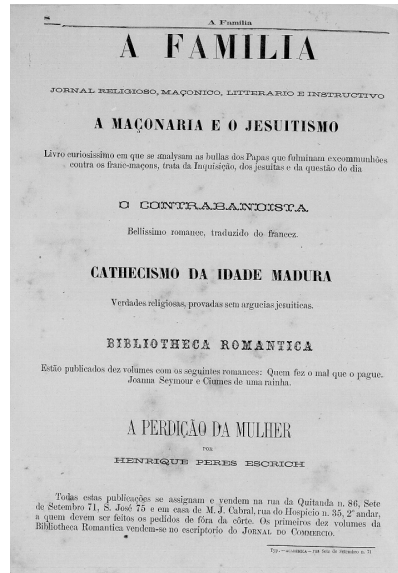
Ao se referir a Perez Escrich como “um folhetinista que foi popularíssimo no Brasil”, Marlyse Meyer afirma que as suas obras ainda não foram analisadas pela crítica formal, estando bem desconhecidas pela “mal chamada república literária.”

Analisando registros de biblioteca, catálogos de gabinetes de leitura, inventários de livreiros, anúncios de livrarias, vemos como foi

expressiva a recepção que seus romances tiveram no Brasil dos oitocentos (PINHEIRO FILHO, 2013, p. 5).

No jornal em questão, Eschrich esteve presente em algumas outras edições, em anúncios do título “A Perdição da Mulher”, incluindo, em uma delas, uma página completa apenas para isso:

**Figura 3:** Anúncio em A Família, 1873.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Tal ênfase em comentar sobre este anúncio e o autor em específico se justifica por sua grande popularidade na época e pela sua presença em um jornal maçônico, voltado para pautas políticas e ideológicas, tanto quanto o jornal católico *A Cruz*, mas que se posiciona de outra maneira quanto aos romances populares à época. O autor e sua obra ainda foram criticados no período de circulação, como demonstra Pinheiro Filho (2013), ao relatar sobre a crítica inscrita no periódico literário *A Quinzena*:

Demanda pouco tempo e trabalho fazer a estatística dos que lêem entre nós, negligenciado, é claro, o numero avultadissimo dos que se deleitam com os romances de Eschrich e Paulo de Kock, as selectas de recitativos e as discussões da imprensa diaria.

E não é destes q' deve uma publicação puramente litteraria, feita de bocados de bellas lettras e ensaios scientificos, esperar animação e auxilio expontaneo, gostosamente prodigalizado (A QUINZENA - Propriedade do Club Litterario, 1888 *apud* PINHEIRO FILHO, 2013, p. 6).

Assim, “este trecho também traz uma perspectiva que coloca a literatura desse autor como algo irrelevante para os índices do que ele sugere como a “boa leitura” da “boa literatura” (PINHEIRO FILHO, 2013, p. 6). Notadamente, Escrich não era bem-visto, mas, ainda assim, está presente em um periódico que se demonstra mais acessível às novidades literárias da época.

Há um contraponto entre os dois periódicos, portanto, no que diz respeito à divulgação e à apreciação de romances em seus escritos, marcados, por um lado, pela tentativa de controle para com a leitura do novo gênero, e, por outro lado, pela divulgação e valorização das narrativas do gênero. Se, nos dois casos, há uma oposição, como entender tais posicionamentos sob o viés do “governo da cultura” (HALL, 1997, p. 17)?

Primeiramente, é importante entendermos o “governo da cultura”, pois:

Compreender o que há por detrás destas áreas de contestação moral e apreensão cultural é adquirir certo acesso indireto às correntes profundas e contraditórias da mudança cultural que se formam abaixo da superfície da sociedade (HALL, 1997, p. 17).

Igualmente importante é:

[...] sabermos como a cultura é modelada, controlada e regulada é que a cultura, por sua vez, nos governa — “regula” nossas condutas, ações sociais e práticas e, assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla (HALL, 1997, p. 18).

Assim, pode-se inferir que a prática de leitura, enquanto uma ação social e pertencente ao campo cultural da época, é passível de regulação, dessa forma, os posicionamentos dos jornais aqui estudados, *A Cruz* e *A Família*, são vistos como tentativas de moldar ou censurar as práticas de leitura daquele período, por meio de seus artigos opinativos e/ou notas e anúncios de livros disponíveis para a compra. Stuart Hall afirma que:

Se a cultura, de fato, regula nossas práticas sociais a cada passo, então, aqueles que precisam ou desejam influenciar o que ocorre no mundo ou o modo como as coisas são feitas necessitarão — a grosso modo — de alguma forma ter a “cultura” em suas mãos, para moldá-la e regulá-la de algum modo ou em certo grau (HALL, 1997, p. 18).

Tanto para a Igreja Católica quanto para a Maçonaria, o jornal é o meio onde ambas as instituições podem expressar suas tentativas de regulação, seja censurando a leitura de romance, seja divulgando determinadas leituras, autores e obras, a fim de vendê-las, mas também de inserir o suporte jornal como meio de divulgação e patrocínio nessa circulação de títulos.

Assim, as tentativas de regulação para manutenção de poderes fazem-se por meio dos escritos jornalísticos oitocentistas em folhas doutrinárias, envoltas nos assuntos literários acerca do romance, este com significativa influência sobre o público leitor.

## REFERÊNCIAS

- CHARTIER, A. M.; HÉBRARD, J. Os discursos da Igreja. *In: Discursos sobre a leitura - 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.
- HALL, S. A. centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, 1997.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2008.
- MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. *In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Orgs.). História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINHEIRO FILHO, J. H. C. OS ROMANCES DE ENRIQUE PEREZ ESCRICH: Cotidiano de leituras na Biblioteca Provincial do Ceará. **Site Caminhos do romance**. Disponível em [www.camilhosdoromance.iel.unicamp.br](http://www.camilhosdoromance.iel.unicamp.br), 2013.
- SANTOS, A. C. de S. **O que revelar? O que esconder? Imprensa & Maçonaria no findar do dezenove (Pará, 1872-1892)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belém: 2011.

## FONTES PRIMÁRIAS

A CRUZ. Rio de Janeiro: 1861 – 1864.

A FAMÍLIA. Rio de Janeiro: 1872 – 1873.

Recebido para publicação em: 16 maio 2021.

Aceito para publicação em: 14 dez. 2021.